

RIO\$ de gastos

Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul - Pacs
7ª Edição jul/16



Parcerias Público Privadas

Nosso dinheiro a serviço do lucro das empresas

Tânia Rêgo/Agência Brasil

As Parcerias Público-Privadas (PPP's) se baseiam no discurso de que o setor privado é mais "eficiente" do que o setor público, intensificando o avanço da lógica empresarial para cima do Estado. Esse mecanismo faz parte do processo de privatização do aparelho de Estado e de transformação dos serviços públicos em fonte de enriquecimento de empresas, ao transferir para o controle do capital privado nossos bens e direitos essenciais. Isso nos torna reféns da lógica do mercado e inviabiliza o controle democrático por parte da população. Fazem parte desse mesmo processo a privatização das empresas estatais, as flexibilizações de direitos trabalhistas e a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A grande questão é que o setor privado e o setor público são regidos por lógicas distintas. O papel do Estado é o de socializar bens e serviços essenciais, com base no interesse público, enquanto as empresas privadas têm por objetivo central o lucro, independentemente do bem estar da população. Não podemos aceitar o avanço de uma suposta "competência técnica", definida pela lógica empresarial, em detrimento de nossos direitos fundamentais.

Existem dois tipos de parcerias Público-Privadas



Administrativas

O total do aporte de recursos é feito pela entidade estatal contratante.



Patrocinadas

Os projetos são remunerados por tarifas de serviços e complementados por recursos do setor público.

Fonte: Art. 2º, par. 10 e 20, e art. 60 da Lei 11.079

Mas, afinal, o que são Parcerias Público-Privadas?

Os megaeventos têm servido para intensificar a apropriação privada do patrimônio público e da infraestrutura criada com recursos públicos, através do uso das parcerias público-privadas e concessões. As Parcerias Público-Privadas são apresentadas como as principais viabilizadoras desses megaeventos, nos quais os custos são divididos, mas os lucros são apropriados por poucos.

Por exemplo, no site da recém-criada Secretaria Especial de Concessões e Parcerias Público-Privadas (Secpar), a maioria dos empreendimentos na lista das concessões e parcerias tem relação com os megaeventos, dentre as quais: Porto Maravilha, VLT,

Marina da Glória, Estádio Olímpico João Havelange, Parque Olímpico, Arena Rio e Parque Aquático Maria Lenk.

As Parcerias Público-Privadas (PPP's) são uma forma específica de concessão de serviços públicos para entes privados por meio de contratos administrativos. Em geral, permitem que o Estado (município, estado e União) contrate empresas para realizar obras e serviços que deveriam ser de sua responsabilidade. As concessões comuns se difundiram na década de 1990 – período em que a agenda neoliberal se impôs no país – e são regidas pela Lei 8.987, de 1996. Sua contraprestação é obtida

FreelImages.com/Dieter Laskowski

Parque Olímpico: o que escondem os contratos?

O Parque Olímpico, às margens da lagoa de Jacarepaguá, é a principal instalação dos Jogos Olímpicos. A prefeitura novamente decidiu realizar a obra através de uma Parceria Público-Privada, que vem sendo questionada em vários níveis.

Recentemente, segundo matéria da Agência Pública, a Polícia Federal apreendeu nas investigações da Operação Lava-Jato a pauta de uma reunião que ocorreu mais de um ano antes de o resultado da licitação ser divulgado, que envolvia as construtoras vencedoras – e candidatas únicas – da licitação do Parque Olímpico. O documento seria indício de colaboração entre concorrentes, uma contravenção. Além de receber do município a posse do terreno – avaliado em cerca de R\$850 milhões –, que

abrigará condomínios privados de luxo após os Jogos, o consórcio recebe pagamentos mensais da Prefeitura.

O consórcio Rio Mais – Odebrecht, Andrade Gutierrez e Carvalho Hosken – também teve outros benefícios, como a mudança do plano das obras para o terreno, logo após a licitação, que passou a prever a demolição do velódromo construído para o Pan. Esta mudança aumentou o espaço perto da lagoa para construção de condomínios privados. Assim, o próprio COI avaliou que a mudança no projeto do Parque favoreceu as empreiteiras. As regras foram modificadas após o processo ter ocorrido com concorrente único, o que impediu que outra empresa soubesse que os terrenos seriam outros e disputasse a licitação.



Financiamento privado de campanha

Todo este processo ocorreu em 2012, ano de reeleição do prefeito Eduardo Paes, após campanha realizada com contribuição declarada da Carvalho Hosken, uma das empresas que compõem o consórcio Rio Mais. A Odebrecht, outra empresa do consórcio, é investigada na Lava Jato por suspeitas de corrupção nas obras olímpicas da Linha 4 do metrô do Rio e do Porto Maravilha e teve executivos presos temporariamente devido a suspeitas de pagamento de propina no Porto.

pelo concessionário unicamente através do pagamento dos usuários do serviço, como no caso das tarifas de metrô, barcas e trem.

As PPP's, por sua vez, foram regulamentadas no Brasil a partir da Lei 11.079/2004 e se voltam para investimentos que não seriam autossustentáveis, ou seja, que não teriam viabilidade financeira própria. Além disso, podem durar entre cinco e 35 anos.

A pressão dos empresários por atuar inclusive naqueles empreendimentos à primeira vista não rentáveis impulsionou esta legislação, que estabelece a obrigatoriedade de aporte de recursos do setor público ao setor privado. Nas PPPs, portanto, cabe ao parceiro

público remunerar parcial ou integralmente o particular contratado. Assim, apenas os empreendimentos que necessitam do comprometimento de recursos públicos para pagamento ao parceiro privado podem ser classificados como PPP.

Exemplos de destinações típicas de PPP's são a construção e a administração viárias de baixo movimento, construção e gerenciamento de presídios ou hospitais públicos, metrô, estações de tratamento de água e esgoto. Esses empreendimentos, embora tenham natureza pública e sejam incapazes por si mesmos de pagar o investidor privado, são alvo do avanço da agenda privatizante.

Vargens: 24% do município sob o risco de privatização

A cidade do Rio de Janeiro nunca esteve tão maravilhosa para grandes empresários e empreiteiras. Depois da PPP do Porto Maravilha, a Prefeitura prepara um Plano de Estruturação Urbana (PEU) para a região das Vargens (Vargem Grande e Pequena, Camorim e parte do Recreio, além de um pequeno trecho da Barra e de Jacarepaguá), o que representa cerca de 24% da área de todo o município.

Com pouco debate e participação popular, a proposta avança na Câmara. Tendo em vista o histórico do Porto Maravilha e das obras do BRT, a pergunta que fica é: a que interesses servirão as ações da Prefeitura, Odebrecht e Queiroz Galvão neste território já tão fragilizado e cercado por conflitos socioambientais?



Arena concedida por Paes está fora da matriz de responsabilidade

A empresa multinacional GL events está à frente da concessão de uso do centro de convenções Riocentro. A empresa foi questionada pelo Ministério Público Estadual em razão de ilegalidades. O MP acusou o ex-prefeito Cesar Maia de ter aberto um edital direcionado à empresa.

Trata-se de uma prática recorrente: as autoridades não buscam a melhor proposta para a administração pública. Em vez disso, adaptam os editais às necessidades das empresas interessadas. A GL events também administra a Arena Olímpica do Rio, licitada após os Jogos Pan-americanos de 2007 por nove anos, até 2016. A concessão foi estendida por 30 anos, o que foi parte do acordo para a realização de outra concessão, a da chamada "obra secreta" das Olimpíadas. O que justifica uma concessão de 30 anos, feita sem licitação, para uma arena que abrigará as competições de boxe não constar no orçamento da Olimpíada 2016?



Tânia Rêgo - Agência Brasil

Superfaturamento, atraso e mudança do projeto da Linha 4 do Metrô

Recentemente, o Comitê Popular Rio Copa e Olimpíada divulgou que o projeto da expansão para a Barra da Tijuca da Linha 1 do Metrô, contestado pela sociedade civil, custaria, a princípio, R\$ 5 bilhões. O valor praticamente dobrou, e o governo estadual estima gastar R\$ 9,7 bilhões para a conclusão das obras. A inauguração, que deveria ser realizada em junho, será realizada no primeiro dia da Olimpíada, 05 de agosto, mas não para todos. Só quem tem ingressos, atletas e profissionais envolvidos com a organização vão poder circular. Depois dos Jogos, a Linha 4 será fechada mais uma vez, sem previsão de nova inauguração.

Linha 4 do metrô custará quase o dobro do previsto



R\$ 5 bilhões
é o valor que custaria



R\$ 9,7 bilhões
é quanto vai custar

Fonte: Jornal O Dia e Site Metrô Linha 4 (www.metrolinha4.com.br/faq)

A quem interessa a confusão do público com o privado?

O discurso oficial da prefeitura é de que a maioria de recursos para as olimpíadas vem do setor privado. Como já demonstramos na edição 6 do Rio de Gastos [<http://bit.ly/1qXZynd>], trata-se de uma falácia. Os megaeventos reforçam a apropriação privada do orçamento público.

Há uma série de licitações questionáveis, muitas sem concorrência, como a do VLT e a do Parque Olímpico. O Porto Maravilha, anunciado como a maior PPP do Brasil, só foi possível devido ao aporte bilionário da Caixa Econômica com recursos do FGTS. Além disso, desde o Pan, a quase totalidade dos equipamentos esportivos passaram a ser geridos por empresas privadas. Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS, Queiroz Galvão e a Carioca, empreiteiras investigadas por cartel em obras

da Petrobras na Operação Lava Jato, revezam-se em vários consórcios, sendo responsáveis por todas as obras olímpicas fundamentais.

Elas também são grandes doadoras de campanha para os governantes do Rio, levando-nos a questionar quais são os interesses que prevalecem de verdade nas Parcerias Público-Privadas, pois ambos os lados parecem jogar o mesmo jogo. Trata-se de um modelo baseado no financiamento de equipamentos esportivos com dinheiro público. Recursos estes que são apropriados novamente pelas empresas.



Leia Mais sobre a Rio 2016, os Jogos da Exclusão e a Calamidade Olímpica em: <https://medium.com/@pacsinstituto>

Dê sua opinião:



fb.com/PACSIstituto



[@InstitutoPacs](https://twitter.com/InstitutoPacs)



pacs@pacs.org.br

Expediente Boletim Rio de Gastos

Textos: Júlia Bustamante e Caio Lima. Edição e revisão:

Iara Moura, Sandra Quintela e Thiago Mendes. Projeto Gráfico: Mardônio Andrade.

Apoio: Fundação Heinrich Böll, DKA Áustria.



Todas as fotos, textos e publicações do Pacs estão sob licença Creative Commons. Todo o material pode ser reproduzido em qualquer meio, sem a necessidade de autorização prévia, desde que citado o Instituto como fonte.

www.pacs.org.br

+55 (21) 2210.2124

R. Evaristo da Veiga, 47/702

Rio de Janeiro / Brasil

